

ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL INTERNACIONAL PARA A CONTRATAÇÃO DE UM INVESTIGADOR DOUTORADO, NO ÂMBITO DO PROJETO “PTDC/ASP-PLA/6105/2020”, DESIGNADO POR “Regulação translacional de um transportador de metais pesados por upstream Open Reading Frames (uORFs)”.

1. No exercício da competência delegada pelo Conselho de Administração da Fundação Calouste Gulbenkian, foi autorizada pelo Administrador do Pelouro do Instituto Gulbenkian de Ciência a abertura do concurso de seleção internacional para um lugar de investigador doutorado para o exercício de atividades de investigação científica nas instalações daquele instituto, em Oeiras, Portugal, em regime de contrato de trabalho a termo incerto, com vista ao preenchimento de uma vaga no âmbito do projeto “PTDC/ASP-PLA/6105/2020”, designado por “Regulação translacional de um transportador de metais pesados por upstream Open Reading Frames (uORFs)” financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P. através de fundos nacionais (PIDDAC).

O candidato a selecionado irá trabalhar no laboratório de Biologia Molecular de Plantas, dirigido por Paula Duque, competindo-lhe realizar atividades de investigação científica num projeto dedicado a estudar a relevância fisiológica das uORFs do ZIF2 em resposta ao stress de zinco através da análise do seu efeito na tradução do transportador membranas codificado pela ORF principal. Neste projeto serão utilizadas plantas transgênicas expressoras de uma fusão das proteínas ZIF2 e fluorescente amarela (YFP), sendo os níveis de proteína determinados por *western blotting*, usando anticorpos específicos para YFP, e/ou por microscopia de fluorescência. Os níveis de proteína entre as plantas que contêm a 5'UTR nativa e aquelas em que as uORFs foram mutadas serão comparados. Por outro lado, o desempenho das várias plantas transgênicas quando submetidas a diversas concentrações de zinco será avaliado através da monitorização de alterações no alongamento da raiz, no conteúdo de clorofila e na massa da parte aérea. Como a partição raiz/parte aérea também é afectada nas plantas sobreexpresoras de ZIF2, a concentração de zinco nas frações subterrânea e aérea das diferentes plantas transgênicas expostas a níveis normais ou elevados de zinco será também determinada.

Área científica: Agricultura, Silvicultura e Pescas - Agronomia, Produção e Proteção de Plantas.

2. **Legislação aplicável:** Decreto-Lei nº 57/2016, de 29 de agosto, que aprova o Regime Jurídico do Emprego Científico, na redação que lhe foi dada pela Lei nº 57/2017, de 19 de julho, pelo Decreto-Regulamentar nº 11-A/2017, de 29 de dezembro e pelo Código do Trabalho aprovado pela Lei 7/2009, de 12 de fevereiro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei 93/2019, de 4 de setembro, e demais legislação complementar.

3. O júri do concurso tem a seguinte composição: Presidente: Paula Duque; Vogais: Dóra Szakonyi e Giulia Ghedini.

4. O local de trabalho situa-se no Instituto Gulbenkian de Ciência, na Rua da Quinta Grande n.º 6, Oeiras, Portugal.

Financiado por:

5. O contrato de trabalho será a **termo incerto** ao abrigo do Código do Trabalho, com a duração máxima de seis anos, ao abrigo do disposto no artigo 6º n.ºs 1 b) e 3 do Decreto-Lei nº 57/2016 de 29 de agosto, revisto pela Lei nº 57/2017 de 19 de julho, pelo Decreto-Regulamentar nº 11-A/2017, de 29 de dezembro.
6. A remuneração mensal ilíquida a atribuir é a prevista no nº 1 do artigo 15.º da Lei 57/2017, de 19 de julho e no nº 1 do art. 2.º do Decreto Regulamentar nº 11-A/2017, de 29 de dezembro, correspondente ao nível 38º da tabela remuneratória única, aprovada pela Portaria nº 1553- C/2008, de 31 de dezembro, atualizado nos termos do Decreto-Lei nº 109-A/2021, de 7 de dezembro, em regime de dedicação exclusiva. Sendo que a FCT irá suportar o pagamento de nível 33º da tabela remuneratória única e Fundação Calouste Gulbenkian / Instituto Gulbenkian de Ciência irá suportar a diferença até ao nível 38º.
7. Ao concurso podem ser opositores(as) candidatos(as) nacionais, estrangeiros(as) e apátridas que sejam titulares do grau de doutor(a) em biologia ou afins e detentores(as) de um currículo científico e profissional que revele um perfil adequado à atividade a desenvolver. Caso o grau tenha sido conferido por instituição de ensino superior estrangeira, o mesmo tem de obedecer ao disposto no Decreto-Lei nº. Decreto-Lei n.º 66/2018, de 16 de agosto e pela Portaria nº 33/2019, de 25 de janeiro, devendo quaisquer formalidades aí estabelecidas estar cumpridas até à data da assinatura do contrato. O júri reserva-se o direito de convidar para a posição em apreço o candidato classificado imediatamente a seguir quando ao primeiro classificado não for reconhecido o grau académico de doutor após o cumprimento das formalidades acima mencionadas.
8. **Requisitos de admissão ao concurso:** Procuramos candidatos com:
- 1) Doutoramento em Biologia, Bioquímica ou áreas afins;
 - 2) Experiência em genética no organismo modelo *Arabidopsis thaliana*;
 - 3) Mínimo de duas publicações em revistas internacionais relevantes com revisão por pares, pelo menos uma das quais como primeiro autor;
 - 4) De preferência com experiência em transportadores transmembranares de plantas;
 - 5) Bom conhecimento da língua inglesa, escrita e falada.
9. **CrITÉrios de avaliação:** As candidaturas serão avaliadas de acordo com o Currículo (45%) e referências (15%), a carta de motivação (30%). Se considerado necessário pelo júri, a entrevista aos candidatos selecionados representará 10% da nota final.
10. A deliberação é feita através da votação nominal do Júri de acordo com os procedimentos de elegibilidade e seleção. Nenhuma abstenção é permitida. O sistema de classificação final dos candidatos é expresso numa escala de 0-100.
11. Das reuniões do júri são lavradas atas, que contêm um resumo do que nelas houver ocorrido, os votos emitidos por cada um dos membros com a respetiva fundamentação bem como a lista ordenada dos candidatos aprovados com a respetiva classificação. As atas são facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.
12. A deliberação final do júri é homologada pelo membro do Conselho de Administração mandatado para o efeito a quem compete também decidir da contratação.

Financiado por:

13. Formalização das candidaturas:

13.1. As candidaturas são dirigidas ao Diretor do Instituto Gulbenkian de Ciência, devendo ser formalizadas para o endereço eletrónico igcpositions@igc.gulbenkian.pt, onde conste a identificação deste concurso, nome completo, número e data do bilhete de identidade, do Cartão de Cidadão ou número de identificação civil, número de identificação fiscal, data e localidade de nascimento, residência e endereço de contacto, incluindo endereço eletrónico e contacto telefónico.

13.2. A candidatura é acompanhada dos documentos comprovativos das condições previstas nos nºs 7 e 8 para admissão a este concurso (num único ficheiro pdf com o nome “NomeCandidato_ASP-PLA_PDCT”), nomeadamente:

- a) Carta de apresentação explicando a motivação para desenvolver o projeto e resumo da experiência relevante;
- b) Cópia do certificado ou diploma de doutoramento indicando a data de conclusão do mesmo;
- c) CV que inclua os contactos de três referências (nome, cargo, morada, número de telefone e endereço de email);
- d) Lista de até 3 publicações mais relevantes e motivos para selecioná-las;
- e) Outros documentos relevantes para a avaliação da habilitação em área científica afim.

Todos os candidatos (contribuintes fiscais em Portugal) terão de fazer prova do cumprimento das obrigações perante a Autoridade Tributária e Segurança Social, como requisito de contratação, sob pena de exclusão do processo de recrutamento.

13.3. O prazo para apresentação das candidaturas será de 04/04/2023 até 18/04/2023.

14. São excluídos da admissão ao concurso os candidatos que formalizem incorretamente a sua candidatura, que não comprovem os requisitos exigidos no presente concurso nos prazos aqui indicados ou que não reúnam os requisitos legais necessários para serem contratados ao abrigo do regime do contrato de trabalho *a termo*. Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, em caso de dúvida, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

15. As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei.

16. A lista de candidatos admitidos e excluídos bem como a lista de classificação final serão publicadas na página eletrónica do Instituto Gulbenkian de Ciência <https://gulbenkian.pt/ciencia/pt-pt/>, sendo os candidatos notificados por e-mail com recibo de entrega da notificação.

17. Prazo para a Decisão Final e Reclamação: No prazo máximo de 90 dias, contados a partir da data-limite para a apresentação das candidaturas, são proferidas as decisões finais do júri. Após notificados da decisão do júri, os candidatos têm 10 dias úteis para se pronunciar.

18. O presente concurso destina-se, exclusivamente, ao preenchimento da vaga indicada, podendo ser feito cessar até a homologação da lista de ordenação final dos candidatos e caducando com a respetiva ocupação do posto de trabalho em oferta.

Financiado por:

19. A decisão de contratar pode, por ato devidamente fundamentado do membro do Conselho de Administração mandatado para o efeito, ser revogada por motivos estratégicos de gestão, determinados pela reorganização da unidade orgânica em causa ou por circunstâncias supervenientes imprevisíveis à data da homologação da lista de ordenação final dos candidatos, relativas aos pressupostos da decisão de contratar e fundadas em razões de manifesto interesse público e institucional que o justifiquem.

20. Política de Não Discriminação e de Igualdade de Acesso:

O Instituto Gulbenkian de Ciência da Fundação Calouste Gulbenkian, promove ativamente uma política de não discriminação e de igualdade de acesso, pelo que nenhum candidato/a pode ser privilegiado/a, beneficiado/a, prejudicado/a ou privado/a de qualquer direito ou isento/a de qualquer dever em razão, nomeadamente, de ascendência, idade, sexo, orientação sexual, estado civil, situação familiar, situação económica, instrução, origem ou condição social, património genético, capacidade de trabalho reduzida, deficiência, doença crónica, nacionalidade, origem étnica ou raça, território de origem, língua, religião, convicções políticas ou ideológicas e filiação sindical.

21. Política de Privacidade:

A Fundação Calouste Gulbenkian é responsável pelo tratamento de dados pessoais nos termos do Regulamento (EU) 2016/679 (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados).

Os dados pessoais tratados no âmbito deste concurso de recrutamento destinam-se à instrução do mesmo, e serão tratados pela Fundação Calouste Gulbenkian com a finalidade de verificação do preenchimento, por parte dos candidatos, dos pressupostos fixados na legislação aplicável para a sua contratação. A oposição ao tratamento dos dados por parte dos candidatos inviabilizará a admissão da candidatura e, por conseguinte, a análise e avaliação da mesma.

Os dados pessoais do titular, se tal for indispensável para o cumprimento das obrigações da Fundação Calouste Gulbenkian, poderão ser transmitidos a terceiros, a saber, às entidades Financiadoras identificadas no presente Edital.

Os dados serão conservados por um período de cinco anos, em conformidade com a exigência prevista no artigo 32.º, n.º 1 do Código do Trabalho.

O titular dos dados tem o direito de se opor à recolha e tratamento, de verificar, corrigir, eliminar e de limitar a utilização dos dados recolhidos. O exercício destes direitos é excecionado quando os seus dados pessoais são utilizados para salvaguarda do interesse público, nomeadamente em casos de deteção e prevenção de crimes, ou quando os mesmos estão sujeitos a sigilo profissional.

O titular dos dados tem direito de acesso e portabilidade dos dados.

O exercício dos direitos acima referidos deverá ser realizado por escrito e dirigido ao Comité de Privacidade da Fundação Calouste Gulbenkian, através do email privacidade@gulbenkian.pt ou, em alternativa, através do endereço postal Avenida de Berna 45-A, 1067-001 Lisboa.

O candidato goza ainda do direito de apresentar uma reclamação à Comissão Nacional de Proteção de Dados ou a outra autoridade de controlo competente nos termos da lei, caso entenda que os seus dados não estão a ser tratados em conformidade com a legislação europeia e/ou nacional aplicável.

22. De acordo com o D.L. nº 29/2001 de 3 de fevereiro, o candidato com deficiência tem preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal. Os candidatos

Financiado por:

devem declarar, quando da sua candidatura, sob compromisso de honra, o respetivo grau de incapacidade, o tipo de deficiência e os meios de comunicação a utilizar no processo de seleção, nos termos do diploma supramencionado.

Financiado por: